



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

PARECER JURÍDICO Nº: 38

INTERESSADO: Câmara Municipal de Votuporanga

REFERENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/2025

ASSUNTO: Dispõe sobre a criação de Comissão Especial destinada à realização de estudos para a viabilidade da instituição da Polícia Municipal no município de Votuporanga e dá outras providências.

DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/2025- DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA À REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A VIABILIDADE DA INSTITUIÇÃO DA POLÍCIA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
CONSTITUCIONALIDADE COM RESSALVAS. LEGALIDADE.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:

I- DO RELATÓRIO





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Resolução nº 2/2025, de autoria do Vereador Dr. Leandro, que ***“Dispõe sobre a criação de Comissão Especial destinada à realização de estudos para a viabilidade da instituição da Polícia Municipal no município de Votuporanga e dá outras providências”***.

Conforme justificativa apresentada, diante do crescimento populacional e das crescentes demandas da sociedade por maior proteção, eficiência e celeridade na prevenção e repressão à criminalidade, revela-se imperiosa a realização de estudos sobre a viabilidade da criação da Polícia Municipal no município de Votuporanga.

A instituição desta Comissão Especial permitirá análise técnica e jurídica aprofundada, com vistas a identificar o modelo mais adequado para a estruturação desse novo órgão de segurança, garantindo harmonização normativa e operacional com as demais forças de segurança já atuantes na localidade, como a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Municipal.

Ademais, informa o vereador que o estudo conduzido pela Comissão Especial viabilizará a atualização do arcabouço normativo municipal, alinhando-o com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e promovendo integração estratégica entre os diferentes níveis da Administração Pública responsáveis pelo tema.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do projeto de Resolução nº 2/2025, com a respectiva justificativa.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

II- DA ANÁLISE JURÍDICA

Prefacialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria cinge-se tão somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

Inicialmente, conforme disposto na Lei Orgânica de Votuporanga, é de se notar que compete privativamente à Câmara Municipal, deliberar, mediante Resolução, sobre assunto de sua economia interna:

“Art. 20. À Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

XIII - deliberar, mediante Resolução, sobre assunto da sua economia interna” (grifo nosso).



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

De outro lado, a Lei Orgânica Municipal, dispõe, que compete à mesa:

“Art. 17. À Mesa, representada pelo Presidente e Primeiro Secretário, dentre outras atribuições, compete:

(...)

XI - propor projetos que disponham sobre:

a) secretaria da Câmara e suas alterações;

b) gestão da Câmara;

c) poder de polícia da Câmara; e

d) criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação ou aumento da respectiva remuneração, observados os parâmetros da legislação”. (grifo nosso).

O Regimento Interno, dispõe que:

“Art. 154. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular assunto de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre sua Secretaria Administrativa, a Mesa e seus Vereadores.

Art. 155. Constitui matéria de projeto de resolução:

I - destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros;

II - Regimento Interno e suas alterações;

III - julgamento dos recursos de sua competência;

IV - concessão de licença ao Vereador;

V - organização dos serviços administrativos;



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

VI - proposição de ação direta de inconstitucionalidade;

VII - demais atos de sua economia interna;

VIII - constituição de Comissões Especiais; e

IX - criação, transformação ou extinção de cargos da Câmara Municipal.

Art. 156. Os projetos previstos nos incisos IV, V, VI e VII do art. 155 são de iniciativa exclusiva da Mesa.

Art. 157. Respeitado o disposto no artigo anterior, a iniciativa dos projetos de resolução poderá ser da Mesa, das Comissões e dos Vereadores, conforme dispõe este Regimento.”(grifo nosso).

Conforme inciso VIII, do artigo 155, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga, **é matéria de Projeto de Resolução a constituição de Comissões Especiais.**

Com relação à **iniciativa**, o artigo 156 do Regimento Interno não estabelece que a constituição de Comissões Especiais seja exclusiva da mesa, portanto, essa iniciativa pode partir de um Vereador.

Quanto à espécie normativa, está de acordo com o artigo 40, da Lei Orgânica do Município de Votuporanga:

“Art. 40. As leis ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções serão aprovadas por maioria simples dos votos, presente a maioria



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

absoluta da Câmara Municipal, em um único turno de votação, salvo disposições contidas nesta Lei Orgânica". (grifo nosso).

O artigo 67 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga estabelece que as Comissões Especiais, criadas para realizar estudos sobre assuntos de interesse público, **terão sua finalidade e o número de membros definidos na resolução que as instituir, a qual também determinará o prazo para conclusão dos trabalhos:**

"Art. 67. As Comissões Especiais destinadas a proceder estudos sobre assuntos de interesse público, terão sua finalidade e número de membros especificados na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para conclusão dos trabalhos."(grifo nosso).

Conforme consta no Projeto de Resolução nº 2/2025, foram atendidos os requisitos do artigo 67 mencionado anteriormente. No artigo 1º, foi apresentada a finalidade; no artigo 3º, o número de membros; e no artigo 4º, o prazo para a conclusão dos trabalhos, que será de 180 (cento e oitenta) dias.

Essa Procuradoria Legislativa informa que, embora a presente Resolução seja constitucional, ela está atrelada ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2025, que ainda se encontra em tramitação.

O referido Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2025, ainda será analisado pelas Comissões e por esta Procuradoria. No entanto, em recente decisão proferida em um caso análogo, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3002855-27.2025.8.26.0000, no dia 11 de março de 2025, foi concedida uma liminar



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

suspendendo a vigência e a eficácia do normativo impugnado até o julgamento final da ação, quando o Órgão Colegiado deliberará sobre a constitucionalidade. Vejamos:

“Vistos. Trata-se de ação ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, pela qual se pretende a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 403, de 26 de fevereiro de 2025, do Município de Itaquaquecetuba, que “Renomeia a Guarda Civil Municipal, dá nova redação à Lei Complementar nº 308, de 18 de novembro de 2019, e revoga os artigos 4º e 7º da Lei nº2297, de 02 de março de 2005”. Eis o teor do texto legal impugnado: Lei Complementar nº 403, de 26 de fevereiro de 2025, do Município de Itaquaquecetuba Art. 1º - A Guarda Civil Municipal de Itaquaquecetuba passa a denominar-se Polícia Municipal de Itaquaquecetuba § 1º O cargo de Guarda Civil Municipal passa a denominar-se Policial Municipal, ficando todas as referências à nomenclatura anterior na legislação municipal, incluídas as relativas a cargos de chefia ou comando, alterados à nova nomenclatura. § 2º As referências à sigla GCM, constantes na legislação municipal, ficam alteradas para Policial Municipal deltaquaquecetuba. Art. 2º - O art. 1º da Lei Complementar nº 308, de 18 de novembro de 2019, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “Art. 1º ...Parágrafo único. Compete à Polícia Municipal de Itaquaquecetuba, além das atribuições previstas no caput deste artigo, a execução de ações de segurança urbana, incluindo o policiamento preventivo e comunitário, bem como a mediação de conflitos e a promoção do respeito



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

aos direitos fundamentais dos cidadãos. "Aduz, em síntese, que há ofensa direta ao disposto nos artigos 144 e 147, ambos da Constituição Estadual de 1989, pois os preceitos impugnados são incompatíveis com o artigo 147 da CESP, que autoriza ao Município constituir guardas municipais, incumbidas da proteção de seus bens, serviços e instalações, observado o regramento da Lei nº 13.022/14 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), bem como ao artigo 144 que prevê remissão à Constituição Federal, entendimento consolidado em sede de repercussão geral no Tema 484. Sustenta, por essa razão, que o artigo 144 da Constituição Federal integra o grupo de normas de observância obrigatória, e elenca quais órgãos podem ser denominados como "polícia", bem como especifica que no âmbito dos Municípios podem ser constituídas "guardas municipais", sendo consenso que o Município deve observância aos limites constitucionais. Aponta que o termo "polícia" é utilizado para órgãos específicos, com atribuições bem delineadas no texto constitucional, que não se confundem com as das guardas, não podendo o Município, a pretexto de autonomia legislativa, alterar a denominação da guarda municipal consagrada no artigo 144, §8º, da CF/88, mesmo que ambas possam atuar na área de segurança pública, desempenhando funções complementares, ou eventualmente coincidentes (como prisão em flagrante de crime Tema 556, repercussão geral). Lembra que o precedente acima citado, embora tenha reconhecido a constitucionalidade do exercício de ações de segurança urbana, não equiparou as guardas



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

municipais às demais polícias elencadas no art. 144 da CF, nem possibilitou autorização para alteração de sua denominação concebida na Constituição Federal e na Lei nº 13.022/2014. Cita precedentes deste C. Órgão Especial do TJSP, em abono da tese que defende. Requer, liminarmente, a suspensão da eficácia da norma impugnada e, ao final, a procedência da ação, com a consequente declaração de sua inconstitucionalidade. É o relatório. Em uma análise preliminar, rasa e superficial, entendo demonstrada a verossimilhança das explanações iniciais e do direito invocado (“fumusboni iuris”), já que a alteração do uso da denominação “Polícia Municipal” para se referir à Guarda Municipal, possa ser indicativo de que não foram observadas as diretrizes constitucionais (CESP, arts. 144 e 147; CF, art. 144, §8º). Ademais disso, a norma impugnada contempla a execução de despesas públicas, o que autoriza concluir, numa análise perfunctória, caracteriza do também o periculum in mora, com a possibilidade de a norma atacada poder vir a causar dano irreparável, ou de difícil reparação, ao erário (cofres municipais) e aos próprios munícipes. Por essas razões, entendo justificada, ao menos nesta sede de cognição sumária, o deferimento da liminar buscada. Diante do exposto, defiro o pedido de liminar, suspendendo a vigência e a eficácia do normativo impugnado, até final julgamento desta ação, quando o Órgão Colegiado poderá deliberar sobre sua constitucionalidade. Solicitem-se informações ao Prefeito do Município e ao Presidente da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, comunicando-os desta decisão. Cite-se a D.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Procuradora-Geral do Estado de São Paulo para que, assim desejando, se manifeste sobre os termos da presente ação. A seguir, encaminhem-se os autos à D. Procuradoria-Geral de Justiça, para manifestação final. Após, conclusos para voto.

Int. São Paulo, 11 de março de 2025. ADEMIR BENEDITO Relator.

ADIN Nº: 3002855-27.2025.8.26.0000 AUTOR : PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULORÉUS : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAQUAQUECETUBA EPRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITAQUAQUECETUBA". (grifo nosso).

Diante disso, esta Procuradoria recomenda que o Projeto de Resolução nº 2/2025 aguarde a decisão da Adin nº 3002855-27.2025.8.26.0000, tendo em vista que se trata de um caso análogo em que será analisada a constitucionalidade da criação da Polícia Municipal.

III- DA CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, **desde que observadas as recomendações acima**, entende-se que o presente Projeto de Resolução nº 2/2025, atende aos pressupostos constitucionais e legais.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 12 de março de 2025.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ROSELAINE CORREIA
Procuradora Legislativa
OAB/SP 368.365

Documento enviado para assinatura ao(s): ROSELAINE CORREIA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<>>> DATA / HORA: 14/03/2025 16:12:14 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROTM-82814S-0N4X0C-7V2W2L | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.

